



Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Aplicadas e Educação – CCAE
Departamento de Ciências Sociais Aplicadas – DCSA
Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis

**ANÁLISE DO FUNDO PARTIDÁRIO BRASILEIRO À LUZ DA TEORIA DOS
CICLOS POLÍTICO- ORÇAMENTÁRIOS.**

CONTABILIDADE PÚBLICA

Thalmo Braga da Silva Prata - UFPB - thalmobragacel@gmail.com
Prof. Ms. Dimmitre Morant Vieira Gonçalves Pereira - UFPB - dimmitre@gmail.com
Prof. Ms. Manoel Heleno Gomes da Silva - UFPB - manoelheleno@ccae.ufpb.br
Prof. Ms. Caio Eduardo Silva Mulatinho - UFRPE - caio.mulatinho@ufrpe.br

Resumo

Este artigo se propõe analisar a possível influência dos ciclos político-orçamentários sobre os repasses de recursos do Fundo Partidário no Brasil. Trata-se de um estudo de abordagem quantitativa no qual foi analisada a distribuição do Fundo Partidário ao longo de um período de 24 anos (1998 a 2022), envolvendo a coleta de dados junto ao site do Supremo Tribunal Eleitoral, onde foram extraídos os montantes anuais repassados para o FP durante o intervalo mencionado. O estudo conclui que a variação nos repasses não foi justificada pela inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), indicando uma possível influência da gestão econômica expansionista em anos eleitorais desconsiderando índices inflacionários. O estudo sugere que as decisões orçamentárias estão relacionadas ao contexto político e eleitoral conforme preconizado pela teoria dos ciclos político-orçamentários e que não ocorrem apenas no período eleitoral, mas de forma persistente ao longo do tempo.

Palavras-chave: Ciclo Político-orçamentário. Fundo Partidário. Brasil.

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

P912a Prata, Thalmô Braga da Silva.

Análise do fundo partidário brasileiro à luz da teoria dos ciclos político-orçamentários. / Thalmô Braga da Silva Prata. - Mamanguape, PB, 2023.

21 f. : il.

Orientação: Dimmitre Morant Vieira Gonçalves Pereira.
TCC (Graduação) - UFPB/CCA.

1. Ciclo político-orçamentário. 2. Fundo partidário.
3. Brasil. I. Pereira, Dimmitre Morant Vieira Gonçalves. II. Título.

UFPB/CCA

CDU 657

1 Introdução

A dinâmica de financiamento dos partidos políticos é um elemento importante na análise do sistema político de qualquer país. No Brasil, um dos principais mecanismos de financiamento público é o Fundo Partidário, uma fonte significativa de recursos para as atividades políticas e administrativas dos partidos. Desde seu início em 1994, o Fundo Partidário tem sido objeto de considerável interesse acadêmico e público, principalmente devido à sua influência nos processos eleitorais e no funcionamento do sistema político.

Por sua vez, a teoria dos ciclos político-orçamentários afirma que os políticos agem visando principalmente a manutenção no poder, buscando atender a seus interesses individuais (Nordhaus, 1975). A análise em torno da relevância das eleições e da ideologia partidária nos resultados fiscais tem se tornado assunto relevante no debate econômico atual. Tal análise passou a figurar com mais intensidade nas discussões econômicas a partir dos trabalhos seminais desenvolvidos na década de 1970 por Nordhaus (1975) e Hibbs (1977), que haviam sido precedidos por Downs (1957), cujas formulações impulsionaram os estudos na linha de pesquisa conhecida como ciclos político-econômicos (*political business cycles*).

Este artigo se propõe a analisar a possível influência dos ciclos político-orçamentários sobre os repasses de recursos do Fundo Partidário no Brasil, entre 1998 e 2022. Nesse sentido, será analisada a seguinte questão: Os repasses ao Fundo Partidário sofrem a influência dos ciclos político-orçamentários? A hipótese deste estudo parte da premissa de que os agentes políticos buscam angariar através da sua influência legislativa fundos partidários cada vez maiores como ferramenta de ampliação do seu poder via incremento das bancadas legislativas.

A relevância deste estudo reside na evolução desses recursos ao longo dos anos, destinados ao Fundo Partidário e a necessidade de transparência na aplicação desses recursos. Além disso, a análise proposta contribui para o enriquecimento do debate acadêmico sobre os ciclos político-orçamentários, ampliando nossa compreensão sobre como o financiamento partidário pode ser afetado por fatores políticos e eleitorais. Essa compreensão é uma avaliação mais precisa dos desafios e potenciais melhorias no sistema de financiamento político brasileiro, promovendo uma democracia mais transparente e eficaz.

Destaca-se que o presente trabalho, além analisar um período de 24 anos, atualiza e preenche uma lacuna na literatura. Além disso, amplia-se a análise da manipulação da política na distribuição dos recursos brasileiros em relação a várias funções-despesas, para as três composições ideológicas adotadas – direita, esquerda e centro. Esta abordagem traz uma inovação em relação a outros trabalhos que objetivaram estudar o referido tema, pois, em geral, se limitaram apenas a averiguar as diferenças partidárias entre os extremos ideológicos da esquerda e da direita, como adotado em Sakurai (2009) e Cossio (2001). A classificação dos partidos apenas nos dois polos ideológicos, no caso brasileiro, não parece ser a abordagem mais apropriada e pode induzir a resultados e interpretações inconsistentes.

2 Fundamentação Teórica

2.1 Ciclo político-orçamentário.

Na década de 1970, surgiu a Teoria dos Ciclos Político-Orçamentários Tradicionais, representada por dois modelos: Oportunistas e Partidários. O primeiro modelo foi desenvolvido por Nordhaus (1975), no qual os políticos agem visando principalmente a manutenção no poder, buscando atender a seus interesses individuais, como exemplo, direcionando recursos que seriam mais necessários em outros locais, para sua cidade natal para beneficiar seus aliados e garantir a perpetuação no poder. O segundo modelo foi apresentado por Hibbs (1977), sugerindo que as políticas públicas são implementadas pelos governantes para garantir a manutenção da ideologia partidária à qual pertencem. Ambos

consideram a hipótese de votantes com expectativas adaptativas, pois têm memória curta em relação a questões macroeconômicas.

Rogoff (1990) apresentou um modelo de ciclo político no qual a manipulação oportunista não ocorre em variáveis macroeconômicas, mas sim em variáveis fiscais facilmente perceptíveis pelos eleitores, como pequenas reformas em lugares estratégicos, dentre outras formas nesse sentido capazes de sinalizar competência e aumentar a chance de sucesso do gestor nas eleições, conhecido como Political Budget Cycle. (Drazen, 2001).

Após avaliar as pesquisas nos últimos 25 anos, contados a partir da pesquisa de Nordhaus (1975), concluiu que o Political Budget Cycle é mais consistente do ponto de vista teórico e empírico para captar ciclos políticos.

Vários estudos não apenas confirmaram a existência de ciclos políticos orçamentários para países em desenvolvimento, mas também têm demonstrado a grande magnitude destes ciclos (Schuknecht, 1996, Shi; Svensson, 2002, Brender; Drazen, 2005). Vicente e Nascimento (2012) investigaram de que forma as manipulações fiscais com fins eleitorais, caracterizadas por indicadores obtidos das demonstrações contábeis do setor público, exercem influência na recondução de um governante e/ou de seus aliados políticos ao mesmo cargo no mandato seguinte. A amostra foi composta por 3.404 municípios abrangendo os mandatos de prefeitos findos em 2000, 2004 e 2008. As evidências revelaram que maiores gastos com investimentos elevam a probabilidade de recondução dos partidos políticos.

Borsani (2001), resume em três pressupostos básicos o modelo de ciclos eleitorais: o principal objetivo dos partidos no governo é manter-se no poder, por isso intervêm na situação econômica a fim de maximizar votos na próxima eleição; os resultados eleitorais dependem de forma significativa dos resultados econômicos; e os governos podem, mediante suas decisões e instrumentos de política pública, gerar, antes das eleições, mais crescimento.

Klein e Sakurai (2015) apontaram o mandato eleitoral como um fator capaz de influenciar a dinâmica do gasto público durante os ciclos políticos. Apesar do argumento de que os gestores, independentemente de estarem em primeiro ou segundo mandato, possuem incentivos para se comportar de forma oportunista, uma vez que pretendem manter seu grupo político no poder e consolidar suas carreiras políticas, Klein e Sakurai (2015) argumentam que a perspectiva de poder concorrer à reeleição aumenta o incentivo para o gestor distorcer a política fiscal, sobretudo em anos eleitorais, e agravar o ciclo político-orçamentário.

2.2 O Processo Legislativo

Para que fique claro a escolha da análise de eleições gerais como a de Presidente, Senadores, Governadores e Deputados temos que entender o processo de funcionamento de aprovação das leis como mostrado no sítio institucional da Câmara Federal para se ter a clareza da influência dos agentes políticos envolvidos nos anos eleitorais a serem analisados e elucidar a observação de uma possível incidência do ciclo político orçamentário.

Nesse sentido o processo de aprovação de uma lei no Brasil inicia com a proposição, que pode partir do Poder Executivo, membros ou comissões da Câmara dos Deputados, Senado Federal ou cidadãos, conforme previsto na Constituição Federal. O projeto de lei, uma vez apresentado, passa por análise das comissões temáticas na Câmara dos Deputados. Durante essa etapa, são realizadas discussões e podem ser propostas emendas ao projeto. Posteriormente, o projeto é submetido a votações. Se aprovado na Câmara, é enviado ao Senado Federal para análise, podendo ser observado na Lei Complementar no 95/1998 (Brasil, 1998).

Seguindo o que rege a Lei citada acima, no Senado, o projeto passa por avaliação das comissões temáticas, onde também pode sofrer emendas. Após as discussões e votações, caso

seja aprovado sem alterações, é encaminhado à sanção do Presidente da República. No entanto, se houver emendas no Senado, o projeto retorna à Câmara dos Deputados para apreciação das modificações propostas.

Após aprovação pelas duas casas legislativas, o projeto é encaminhado ao Presidente da República para sanção ou veto. O Presidente tem o poder de sancionar o projeto, total ou parcialmente, tornando-o lei. Em caso de veto, ele pode ser total ou parcial, devendo o Presidente justificá-lo. Os vetos podem ser mantidos ou derrubados pelo Congresso Nacional, e se forem derrubados, o projeto é promulgado como lei (Brasil, 1998).

2.3 Fundo Partidário Brasileiro e Lei no 9.096/1995

O Fundo Partidário Brasileiro, de acordo com a Lei no 9.096/1995, representa um mecanismo de financiamento público direcionado aos partidos políticos no Brasil. Este fundo desempenha um papel significativo ao prover recursos essenciais para a manutenção e o desenvolvimento das atividades partidárias, visando reforçar os partidos políticos e, consequentemente, fomentar a democracia e a diversidade de ideias no panorama político nacional (Brasil, 1995).

Conforme a Lei no 9.096/1995 os aportes financeiros ao Fundo Partidário provêm de dotações orçamentárias da União, multas eleitorais, penalidades, doações de pessoas físicas e jurídicas, dentre outras fontes. A distribuição desses recursos é feita mensalmente conforme critérios definidos em lei, sendo estabelecido um percentual mínimo que cada partido deve receber, garantindo que nenhum receba menos de 5% do total do fundo (Brasil, 1998).

A distribuição dos recursos é baseada na representação do partido na Câmara dos Deputados. O número de deputados federais eleitos pelo partido é um critério determinante, com uma parcela substancial dos recursos sendo distribuída de acordo com essa representatividade. Adicionalmente, parte dos recursos é alocada em consonância com o desempenho eleitoral do partido, ou seja, quanto mais votos um partido obtém nas eleições para a Câmara dos Deputados, maior é sua participação no Fundo Partidário assim determina a Lei nº 9.096/1995 (Brasil, 1995).

Os recursos advindos do Fundo Partidário podem ser aplicados em uma gama diversificada de finalidades, abrangendo desde despesas administrativas até a organização e manutenção dos órgãos partidários, realização de eventos, propaganda doutrinária e política, formação política, treinamento de lideranças, entre outros. No entanto, a Lei nº 9.096/1995 impõe algumas restrições quanto ao uso desses recursos, assegurando que sejam direcionados para atividades alinhadas com a finalidade partidária.

A utilização dos recursos do Fundo Partidário deve estar de acordo com as finalidades estabelecidas na legislação. As principais formas de uso dos recursos do Fundo Partidário incluem a manutenção e funcionamento dos partidos políticos, como pagamento de pessoal, despesas com aluguel, contas de água, luz, telefone, entre outras. Além disso, segundo a Lei nº 9.096/1995, os recursos podem ser utilizados para a propaganda partidária, financiando atividades como produção de programas para rádio e televisão, publicações, material gráfico e divulgação das ideias e propostas do partido. Também podem ser investidos em formação política, incluindo cursos, palestras, seminários e treinamentos para os membros do partido. (Brasil, 1995)

Parte dos recursos pode ser destinada a incentivar a participação das mulheres na política, conforme estabelecido na Lei nº 9.096/1995. Outros usos incluem campanhas educativas sobre temas relevantes para a sociedade, visando conscientização e mobilização da população, assim como a promoção de atividades que incentivem a participação dos cidadãos na vida política, como debates, consultas populares, audiências públicas, entre outros (Brasil, 1995).

É fundamental observar que a utilização dos recursos do Fundo Partidário deve

seguir as normas estabelecidas pela legislação vigente e ser devidamente fiscalizada pelos órgãos competentes, como a Justiça Eleitoral e o Tribunal de Contas da União (TCU). Qualquer irregularidade no uso dos recursos pode resultar em sanções legais para os partidos políticos e seus responsáveis como fala a Lei nº 13.877, de 2019 (Brasil, 2019).

A distribuição dos recursos do Fundo Partidário (FP) é um tema frequentemente debatido, suscitando questionamentos sobre a transparência, equidade na distribuição e a efetiva aplicação dos recursos em consonância com os objetivos partidários, em paralelo ao Fundo Eleitoral (FE), gerando análises críticas sobre seu impacto no cenário político e eleitoral. Importante compreender que os fundos citados acima são distintos, em resumo, segundo a Lei nº 9.096/1995 o FP é para manutenção e atividades regulares dos partidos, enquanto o FE regulamentada pela Lei nº 9.504/1997 é para financiar campanhas eleitorais (Brasil, 1997).

A Lei nº 9.096/1995, conhecida como Lei dos Partidos Políticos, é uma legislação que estabelece as regras e normas para a criação, organização, funcionamento e dissolução dos partidos políticos no Brasil. Ela aborda diversos aspectos relacionados à estruturação dos partidos e à sua atuação no cenário político brasileiro. A lei delimita os requisitos necessários para a fundação de novos partidos, incluindo a apresentação de estatuto e programa partidário. Além disso, regulamenta aspectos como a composição dos órgãos partidários, o financiamento de campanhas eleitorais, o Fundo Partidário, a propaganda partidária e eleitoral, a filiação partidária, a prestação de contas, e as situações de fusão, extinção e incorporação de partidos políticos. Essa legislação desempenha um papel fundamental na estruturação e regularização das atividades partidárias no país, buscando assegurar a transparência, legalidade e coerência no sistema político brasileiro. Apesar de a lei que regulamenta ser de 1995, em 94 segundo dados do TSE já foram distribuídos fundos partidário (Brasil, 1995).

3 Procedimentos Metodológicos

Trata-se de um estudo de abordagem quantitativa no qual foi analisada a distribuição do Fundo Partidário ao longo de um período de 24 anos (1998 a 2022), e envolveu a coleta de dados junto ao site do Supremo Tribunal Eleitoral, onde foram extraídos os montantes anuais repassados para o FP durante o intervalo mencionado.

3.1 Coleta de dados

Para coletar dados sobre o Fundo Partidário no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), foi acessado o site oficial do TSE, digitando "<https://www.tse.jus.br/>" na barra de endereços do meu navegador da web. Em seguida, buscou-se a seção relacionada aos "Partidos" ou "Partidos Políticos" no menu principal. Dentro dessa seção, na opção que trata do "Fundo Partidário". Navegou-se pelas informações disponíveis, que incluíam detalhes sobre distribuição, utilização e regulamentação do Fundo Partidário. Foi utilizado as ferramentas de busca e filtros disponíveis no site para refinar as pesquisas e encontrar informações específicas. Foi feito o download de relatórios, arquivos e documentos relacionados ao Fundo Partidário diretamente do site, conforme disponibilidade. Procurou-se por documentos oficiais, como relatórios anuais de prestação de contas, regulamentos e orientações. Foi verificado a data de atualização das informações para garantir que estava acessando os dados mais recentes sobre o Fundo Partidário. Lembrando que a estrutura e o layout do site podem mudar com o tempo, então adaptei o processo conforme necessário de acordo com a versão atual do site do TSE.

Para correção dos valores repassados foi utilizado o IPCA. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) é um indicador econômico utilizado no Brasil para

medir a inflação, ou seja, a variação média dos preços de uma cesta de produtos e serviços consumidos pelas famílias brasileiras. É considerado o índice oficial de inflação no país, sendo calculado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que é uma instituição governamental. Para coletar os dados do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) no período de 1998 a 2022, foi acessado o site oficial do IBGE digitando "<https://www.ibge.gov.br/>" na barra de endereços do navegador. Uma vez no site, procurou-se a seção referente ao IPCA, utilizando a barra de busca e explorando os menus até encontrar as informações desejadas. Dentro da seção do IPCA, encontrei dados importantes sobre inflação, como a variação de preços, índices mensais e acumulados, e a divisão por grupos de produtos. Para obter os dados específicos, selecionei o período de 1998 a 2022, foi feito o download dos dados. Certifiquei-me de verificar a data de atualização dos dados para garantir que estivesse utilizando as informações mais recentes. Seguindo esse procedimento, consegui coletar os dados do IPCA para o período desejado na pesquisa.

Os dados coletados foram organizados em tabelas que buscam demonstrar de maneira clara os montantes gerais repassados pela união através do fundo partidário para todos os partidos e foram também filtrados dados isolados de partidos que na média histórica ocupam um maior espaço no congresso no período analisado de 1998 até 2022 como Partido dos Trabalhadores (PT), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Progressista (PP) que antes era o Partido Progressista Brasileiro (PPB). As tabelas buscam facilitar a análise para que seja constatado ou não a hipótese de incidência do ciclo político orçamentário.

4 Apresentação e análise dos resultados

As tabelas apresentam uma análise do ciclo político-orçamentário, relacionando os anos eleitorais e os intervalos com dados relevantes. Os anos eleitorais são marcados com "Sim" na coluna correspondente, enquanto os anos subsequentes são considerados intervalos que é considerado e não menos importante para a conclusão do resultado. São fornecidos os valores absolutos do repasse do Fundo Partidário (FP) para cada ano, bem como os valores corrigidos pelo IPCA, refletindo o comportamento da inflação. Além disso, é calculada a variação em relação ao ano anterior e ao último ano eleitoral, tanto em termos absolutos quanto percentuais.

A variação percentual é de grande valia para entender a pesquisa, pois reflete o aumento ou redução percentual nos repasses do FP de maneira mais clara. Por fim, é indicado o número de deputados federais eleitos no ano eleitoral, fornecendo um contexto adicional para o cenário político dos respectivos anos, que é um elemento-chave no ciclo político. A análise dos dados pode revelar padrões, estratégias políticas e comportamentos relacionados ao ciclo político-orçamentário, bem como entender como os repasses do FP são influenciados pelos anos eleitorais e não eleitorais. Uma análise que busca entender o comportamento orçamentário ao longo dos 24 anos.

Tabela 01- Partido dos Trabalhadores (PT)

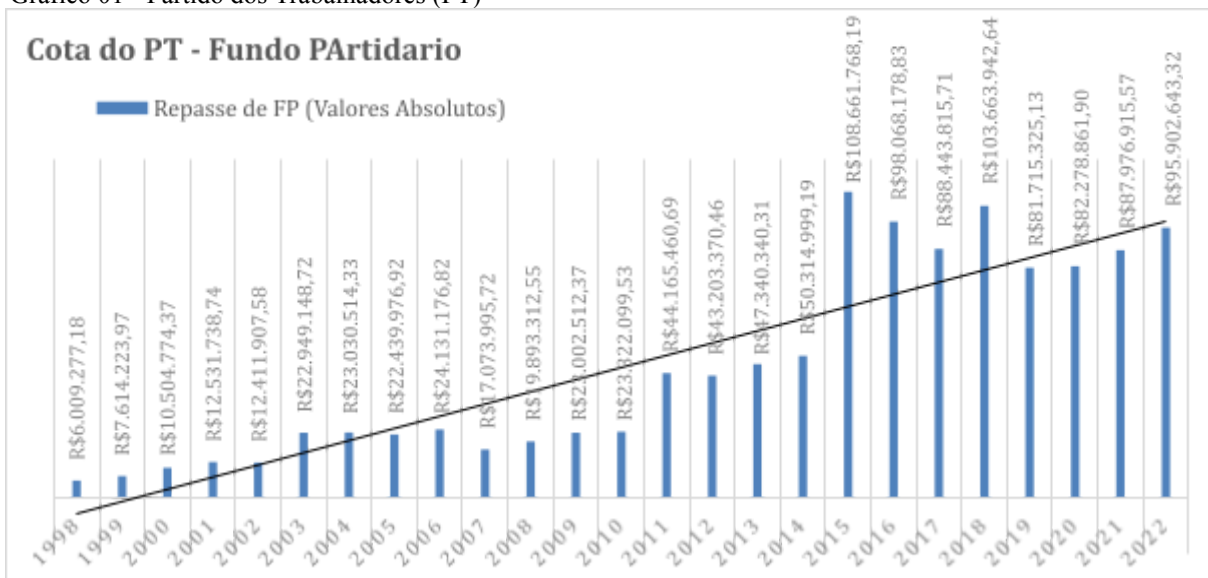
(Continua)

Ano	Ano Eleitoral	Repasse de FP (Valores Absolutos)	Repasse de FP (Valores Corrigidos IPCA)	%IP CA	Variação do Repasse de FP em Relação ao Ano Anterior	%	Variação do Repasse de FP em Relação ao Último ano Eleitoral	%	Número de Deputados Federais Eleitos no ano Eleitoral.
1998	Sim	R\$ 6.009.277,18	R\$ 6.108.430,25	1,65					59
1999	Não	R\$ 7.614.223,97	R\$ 8.294.935,59	8,94	R\$ 1.604.946,79	26,71	R\$ 1.604.946,79	26,71	1
2000	Não	R\$ 10.504.774,37	R\$ 11.131.909,40	5,97	R\$ 2.890.550,40	37,96	R\$ 4.495.497,19	74,81	1
2001	Não	R\$ 12.531.738,74	R\$ 13.492.923,10	7,67	R\$ 2.026.964,37	19,30	R\$ 6.522.461,56	108,54	54
2002	Sim	R\$ 12.411.907,58	R\$ 13.967.119,60	12,53	-R\$ 119.831,16	-0,96	R\$ 6.402.630,40	106,55	91
2003	Não	R\$ 22.949.148,72	R\$ 25.083.419,55	9,30	R\$ 10.537.241,14	84,90	R\$ 10.537.241,14	84,90	0
2004	Não	R\$ 23.030.514,33	R\$ 24.780.833,42	7,60%	R\$ 81.365,61	0,35%	R\$ 10.618.606,75	85,55	5
2005	Não	R\$ 22.439.976,92	R\$ 23.716.811,61	5,69%	-R\$ 590.537,41	-2,56%	R\$ 10.028.069,34	80,79	9
2006	Sim	R\$ 24.131.176,82	R\$ 24.888.895,77	3,14%	R\$ 1.691.199,90	7,54%	R\$ 11.719.269,24	94,42	83
2007	Não	R\$ 17.073.995,72	R\$ 17.835.495,93	4,46%	-R\$ 7.057.181,10	-29,25%	-R\$ 7.057.181,10	-29,25	5
2008	Não	R\$ 19.893.312,55	R\$ 21.067.017,99	5,90%	R\$ 2.819.316,83	16,51%	-R\$ 4.237.864,27	-17,56	6
2009	Não	R\$ 23.002.512,37	R\$ 23.993.920,65	4,31%	R\$ 3.109.199,82	15,63%	-R\$ 1.128.664,45	-4,68	%
2010	Sim	R\$ 23.322.099,53	R\$ 24.700.435,61	5,91%	R\$ 319.587,16	1,39%	-R\$ 809.077,29	-3,35	86
2011	Não	R\$ 44.165.460,69	R\$ 47.036.215,63	6,50%	R\$ 20.843.361,16	89,37%	R\$ 20.843.361,16	89,37	7
2012	Não	R\$ 43.203.370,46	R\$ 45.726.447,29	5,84%	-R\$ 962.090,23	-2,18%	R\$ 19.881.270,93	85,23	5
2013	Não	R\$ 47.340.340,31	R\$ 50.138.154,42	5,91%	R\$ 4.136.969,85	9,58%	R\$ 24.018.240,78	102,98	98

		R\$	R\$	6,41	R\$		R\$		
2014	Sim	50.314.999,19	53.540.190,64	%	2.974.658,88	6,28%	26.992.899,6	115,	69
		R\$	R\$		R\$		R\$		
2015	Não	108.661.768,1	120.255.978,8	10,6	58.346.769,0	115,96	58.346.769,0	365,	
		9	6	7%	0	%	0	92%	
		R\$	R\$		-R\$		R\$		
2016	Não	98.068.178,83	104.207.246,8	6,26	10.593.589,3	-9,75	47.753.179,6	-9,75	
			2	%	6	%	4	%	
		R\$	R\$	2,95	-R\$	-9,81	R\$		
2017	Não	88.443.815,71	91.052.908,27	%	9.624.363,12	%	38.128.816,5	-18,6	
		R\$	R\$		R\$		R\$		
2018	Sim	103.663.942,6	107.551.340,4	3,75	15.220.126,9	17,21	53.348.943,4	-4,60	
		4	9	%	3	%	5	%	54
		R\$	R\$	4,31	-R\$		-R\$		
2019	Não	81.715.325,13	85.237.255,64	%	21.948.617,5	-21,17	21.948.617,5	-21,1	
				%	1	%	1	7%	
		R\$	R\$	4,52	R\$		-R\$		
2020	Não	82.278.861,90	85.997.866,46	%	563.536,77	0,69%	21.385.080,7	-20,6	
				%			4	3%	
		R\$	R\$	10,0	R\$		-R\$		
2021	Não	87.976.915,57	96.827.393,28	6%	5.698.053,67	6,93%	15.687.027,0	-15,1	
							7	3%	
		R\$	R\$	5,79	R\$		-R\$		
2022	Sim	95.902.643,32	101.455.406,3	%	7.925.727,75	9,01%	7.761.299,32	-7,49	69

Fonte: Adaptado de Tribunal Superior Eleitoral-TSE

Gráfico 01 - Partido dos Trabalhadores (PT)



Fonte: Adaptado de Tribunal Superior Eleitoral-TSE

A tabela e o gráfico trazem o contexto do repasse do Fundo Partidário para o Partido dos Trabalhadores (PT) considerado como de espectro de esquerda, sendo perceptível o aumento de sua influência no congresso diante das vagas conquistadas pelo

partido e os volumosos valores recebidos pela legenda durante esses anos, que mesmo com algumas variações negativas a linha de tendência e os valores relacionados ao intervalo de eleições é observado um crescimento considerável como por exemplo em 1998 com 6.009.277,18 reais de recurso teve 59 deputados eleitos e com o aumento em 2002 com recursos de 12.411.907,58 reais o número foi de deputados eleitos foi para 91, variação de 106,55% a mais nos recursos e 64,6% no aumento de vagas na câmara de deputados. Quando se trata da análise histórica do tempo abordado temos o aumento de 1595% em relação aos recursos de 1998 e 2022.

Tabela 02 - Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)

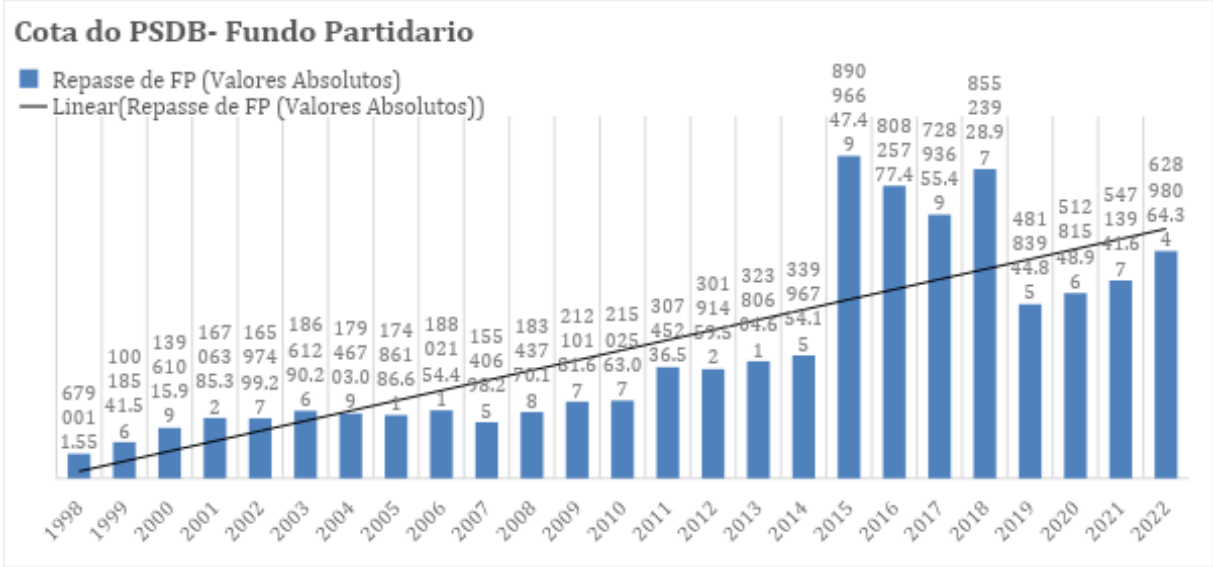
(Continua)

Ano	Ano Eleitoral	Repasse de FP (Valores Absolutos)	Repasse de FP (Valores Corrigidos IPCA)	%I PC A	Variação do Repasse de FP em Relação ao Ano Anterior	%	Variação do Repasse de FP em Relação ao Último ano Eleitoral	%	Número de Deputados Federais Eleitos no ano Eleitoral.
1998	Sim	R\$ 6.790.011,55	R\$ 6.902.046,74	1,65					99
1999	Não	R\$ 10.018.541,56	R\$ 10.914.199,18	8,94	R\$ 3.228.530,01	47,55	R\$ 3.228.530,01	47,55%	
2000	Não	R\$ 13.961.015,99	R\$ 14.794.488,64	5,97	R\$ 3.942.474,43	39,35	R\$ 7.171.004,44	105,61%	
2001	Não	R\$ 16.706.385,32	R\$ 17.987.765,07	7,67	R\$ 2.745.369,33	19,66	R\$ 9.916.373,77	146,04%	
2002	Sim	R\$ 16.597.499,27	R\$ 18.677.165,93	12,53	-R\$ 108.886,05	-0,65	R\$ 9.807.487,72	144,44%	70
2003	Não	R\$ 18.661.290,26	R\$ 20.396.790,25	9,30	R\$ 2.063.790,99	12,43	R\$ 2.063.790,99	12,43	
2004	Não	R\$ 17.946.703,09	R\$ 19.310.652,52	7,60	-R\$ 714.587,17	-3,83	R\$ 1.349.203,82	8,13	
2005	Não	R\$ 17.486.186,61	R\$ 18.481.150,63	5,69	-R\$ 460.516,48	-2,57	R\$ 888.687,34	5,35	
2006	Sim	R\$ 18.802.154,41	R\$ 19.392.542,06	3,14	R\$ 1.315.967,80	7,53	R\$ 2.204.655,14	13,28	65
2007	Não	R\$ 15.540.698,25	R\$ 16.233.813,39	4,46	-R\$ 3.261.456,16	-17,35	-R\$ 3.261.456,16	-17,35	
2008	Não	R\$ 18.343.770,18	R\$ 19.426.052,62	5,90	R\$ 2.803.071,93	18,04	-R\$ 458.384,23	-2,44	
	Não	R\$	R\$	4,31	R\$	15,63	R\$	12,81	

2009		21.210.181,6 7	22.124.340,50		2.866.411,49		2.408.027,26		
		R\$							
2010	Sim	21.502.563,0 7	R\$ 22.773.364,55	5,91	R\$ 292.381,40	1,38	R\$ 2.700.408,66	14,36	53
		R\$							
2011	Não	30.745.236,5 0	R\$ 32.743.676,87	6,50	R\$ 9.242.673,43	42,98	R\$ 9.242.673,43	42,98	
		R\$							
2012	Não	30.191.459,5 2	R\$ 31.954.640,76	5,84	-R\$ 553.776,98	-1,80	R\$ 8.688.896,45	40,41	
		R\$							
2013	Não	32.380.604,6 1	R\$ 34.294.298,34	5,91	R\$ 2.189.145,09	7,25	R\$ 10.878.041,5 4	50,59%	
		R\$							
2014	Sim	33.996.754,1 5	R\$ 36.175.946,09	6,41	R\$ 1.616.149,54	4,99	R\$ 12.494.191,0 8	58,11	54
		R\$							
2015	Não	89.096.647,4 9	R\$ 98.603.259,78	10,6 7	R\$ 55.099.893,3 4	162,0 7	R\$ 55.099.893,3 4	314,35	
		R\$							
2016	Não	80.825.777,4 0	R\$ 85.885.471,07	6,26	-R\$ 8.270.870,09	-9,28	R\$ 46.829.023,2 5	-9,28	
		R\$							
2017	Não	72.893.655,4 9	R\$ 75.044.018,33	2,95	-R\$ 7.932.121,91	-9,81	R\$ 38.896.901,3 4	-18,19	
		R\$							
2018	Sim	85.523.928,9 7	R\$ 88.731.076,31	3,75	R\$ 12.630.273,4 8	17,33	R\$ 51.527.174,8 2	-4,01	29
		R\$							
2019	Não	48.183.944,8 5	R\$ 50.260.672,87	4,31	-R\$ 37.339.984,1 2	-43,6 6	-R\$ 37.339.984,1 2	-43,66	
		R\$							
2020	Não	51.281.548,9 6	R\$ 53.599.474,97	4,52	R\$ 3.097.604,11	6,43	-R\$ 34.242.380,0 1	-40,04	
		R\$							
2021	Não	54.713.941,6 7	R\$ 60.218.164,20	10,0 6	R\$ 3.432.392,71	6,69	-R\$ 30.809.987,3 0	-36,02 %	
		R\$							
2022	Sim	62.898.064,3 4	R\$ 66.539.862,27	5,79	R\$ 8.184.122,67	14,96	-R\$ 22.625.864,6 3	-26,46 %	18

Fonte: Adaptado de Tribunal Superior Eleitoral-TSE.

Gráfico 02 - Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB)



Fonte: Adaptado de Tribunal Superior Eleitoral-TSE

Não menos importante no contexto político e também na participação relevante nas cotas partidárias temos o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) considerado de Direita, que traz para a análise a imparcialidade do estudo sobre uma possível visão de polarização política do estudo onde também a nossa linha de tendência aponta para um crescimento dos valores recebidos para o usufruto dos agentes políticos enquanto membros do partido. Importante a observação dos anos eleitorais que aponta uma regressão do repasse no último período eleitoral da análise 2019 - 2022, tendo como detalhe o período anterior que mesmo com a perda de quase 50% das cadeiras no congresso, conseguiram manter o alto repasse.

Tabela 03- Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)

(Continua)

Ano		Repasse de FP (Valores Absolutos)	Repasse de FP (Valores Corrigidos IPCA)	%IP CA	Variação do Repasse de FP em Relação ao Ano Anterior	%	Variação do Repasse de FP em Relação ao Último ano Eleitoral	%	Número de Deputados Federais Eleitos no ano Eleitoral
1998		R\$ 10.278.754,8	R\$ 10.448.354,26	1,65					83
1999		R\$ 9.039.753,73	R\$ 9.847.907,71	8,94	-R\$ 1.239.001,08	-12,05	-R\$ 1.239.001,08	-12,05	
2000		R\$ 12.082.572,4	R\$ 12.803.901,99	5,97	R\$ 3.042.818,69	33,66	R\$ 1.803.817,61	17,55	
2001		R\$ 14.455.081,4	R\$ 15.563.786,19	7,67	R\$ 2.372.509,02	19,64	R\$ 4.176.326,63	40,63	
		R\$	R\$	12,53	-R\$	-0,65	R\$	39,72	75

		14.361.448,6	16.160.938,15		93.632,80		4.082.693,83		
2002		4							
		R\$							
		17.281.802,4	R\$		R\$		R\$		
2003	Não	7	18.889.010,10	9,30	2.920.353,83	20,33	2.920.353,83	20,33	
		R\$							
		16.742.921,8	R\$		-R\$		R\$		
2004	Não	0	18.015.383,86	7,60	538.880,67	-3,12	2.381.473,16	16,58	
		R\$							
		16.313.192,5	R\$		-R\$		R\$		
2005	Não	6	17.241.413,22	5,69	429.729,24	-2,57	1.951.743,92	13,59	
		R\$							
		17.540.310,2	R\$		R\$		R\$		
2006	Sim	4	18.091.075,98	3,14	1.227.117,68	7,52	3.178.861,60	22,13	89
		R\$							
		16.445.341,6	R\$		-R\$		-R\$		
2007	Não	7	17.178.803,91	4,46	1.094.968,57	-6,24	1.094.968,57	-6,24	
		R\$							
		19.324.268,3	R\$		R\$		R\$		
2008	Não	0	20.464.400,13	5,90	2.878.926,63	17,51	1.783.958,06	10,17	
		R\$							
		22.344.308,0	R\$		R\$		R\$		
2009	Não	6	23.307.347,74	4,31	3.020.039,76	15,63	4.803.997,82	27,39	
		R\$							
		22.653.904,3	R\$		R\$		R\$		
2010	Sim	1	23.992.750,05	5,91	309.596,25	1,39	5.113.594,07	29,15	79
		R\$			-R\$		-R\$		
		3.978.553,85	R\$		18.675.350,4		18.675.350,4		
2011	Não	3.978.553,85	4.237.159,85	6,50	6	-82,44	6	-82,44	
		R\$							
		36.392.395,1	R\$		R\$		R\$		
2012	Não	4	38.517.711,02	5,84	32.413.841,2	9	13.738.490,8	3	60,65
		R\$							
		35.326.038,7	R\$		-R\$		R\$		
2013	Não	9	37.413.807,68	5,91	1.066.356,35	-2,93	12.672.134,4	8	55,94
		R\$							
		35.935.894,6	R\$		R\$		R\$		
2014	Sim	7	38.239.385,52	6,41	609.855,88	1,73	13.281.990,3	6	58,63
		R\$							
		86.861.848,9	R\$		R\$		R\$		
2015	Não	4	96.130.008,22	10,67	50.925.954,2	7	50.925.954,2	7	283,4
		R\$							
		78.796.611,2	R\$		-R\$		R\$		
2016	Não	6	83.729.279,12	6,26	8.065.237,68	-9,29	42.860.716,5	9	-9,29
		R\$							
		71.063.640,1	R\$		-R\$		R\$		
2017	Não	4	73.160.017,52	2,95	7.732.971,12	-9,81	35.127.745,4	7	-18,19
		R\$							
		83.292.843,5	R\$		R\$		R\$		
2018	Sim	6	86.416.325,19	3,75	12.229.203,4	2	47.356.948,8	9	-4,11
						17,21			34

		R\$				-R\$		-R\$	
		49.379.902,9	R\$			33.912.940,5		33.912.940,5	
2019	Não	7	51.508.176,79	4,31	9	-40,72	9	-40,72	
		R\$				-R\$		-R\$	
		47.481.367,9	R\$			35.811.475,6		35.811.475,6	
2020	Não	3	49.627.525,76	4,52	1.898.535,04	-3,84	3	-42,99	
		R\$				-R\$		-R\$	
		50.664.974,9	R\$			32.627.868,5		32.627.868,5	
2021	Não	9	55.761.871,47	10,06	3.183.607,06	6,70	7	-39,17	
		R\$				-R\$		-R\$	
		57.649.160,0	R\$			25.643.683,5		25.643.683,5	
2022	Sim	3	60.987.046,40	5,79	6.984.185,04	13,79%	3	-30,79	69

Fonte: Adaptado de Tribunal Superior Eleitoral-TSE

Gráfico 03 - Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)



Fonte: Adaptado de Tribunal Superior Eleitoral-TSE

No contexto das análises anteriores o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), traz como fator diferencial uma queda em 2011 que traz uma atipicidade não identificada na pesquisa, porém mantém o comportamento da análise anterior quando se trata do aumento dos valores referentes aos períodos eleitorais anteriores mantendo sua linha de tendência apontada para cima apesar de ser apontado maiores variações negativas nos intervalos. Saindo de R\$ 10.278.754,81 em 1998 para R\$ 57.649.160,03 em 2022 uma variação de 460,85% números que mostram a correção acima da inflação acumulada que somada os 24 anos ficaria 156,4%.

Tabela 04 - Partido Progressista (PP)

(Continua)

Ano	Ano Eleitoral	Repasse de FP (Valores Absolutos)	Repasse de FP (Valores Corrigidos IPCA)	% IPCA	Variação do Repasse de FP em Relação ao Ano Anterior	%	Variação do Repasse de FP em Relação ao Último ano Eleitoral	%	Número de Deputados Federais Eleitos no ano Eleitoral.
1998	Sim	R\$ 8.295.127,30	R\$ 8.431.996,90	1,65					60
1999	Não	R\$ 6.810.844,29	R\$ 7.419.733,77	8,94	-R\$ 1.484.283,01	-17,89	-R\$ 1.484.283,01	-17,89	
2000	Não	R\$ 9.032.502,65	R\$ 9.571.743,06	5,97	R\$ 2.221.658,36	32,62	R\$ 737.375,35	8,89	
2001	Não	R\$ 10.809.008,75	R\$ 11.638.059,72	7,67	R\$ 1.776.506,10	19,67	R\$ 2.513.881,45	30,31	
2002	Sim	R\$ 10.740.079,30	R\$ 12.085.811,24	12,53	-R\$ 68.929,45	-0,64	R\$ 2.444.952,00	29,47	49
2003	Não	R\$ 10.389.992,20	R\$ 11.356.261,47	9,30	-R\$ 350.087,10	-3,26	-R\$ 350.087,10	-3,26	
2004	Não	R\$ 9.812.616,31	R\$ 10.558.375,15	7,60	-R\$ 577.375,89	5,56	-R\$ 927.462,99	-8,64	
2005	Não	R\$ 9.560.132,98	R\$ 10.104.104,55	5,69	-R\$ 252.483,33	-2,57	-R\$ 1.179.946,32	-10,99	
2006	Sim	R\$ 10.275.730,22	R\$ 10.598.388,15	3,14	R\$ 715.597,24	7,49	-R\$ 464.349,08	-4,32	42
2007	Não	R\$ 8.459.008,40	R\$ 8.836.280,17	4,46	-R\$ 1.816.721,82	-17,68	-R\$ 1.816.721,82	-17,68	
2008	Não	R\$ 9.631.877,16	R\$ 10.200.157,91	5,90	R\$ 1.172.868,76	13,87	-R\$ 643.853,06	-6,27	
2009	Não	R\$ 11.133.275,71	R\$ 11.613.119,89	4,31	R\$ 1.501.398,55	15,59	R\$ 857.545,49	8,35	
2010	Sim	R\$ 11.272.699,62	R\$ 11.938.916,17	5,91	R\$ 139.423,91	1,25	R\$ 996.969,40	9,70	41
2011	Não	R\$ 19.546.922,38	R\$ 20.817.472,33	6,50	R\$ 8.274.222,76	73,40	R\$ 8.274.222,76	73,40	
2012	Não	R\$ 20.604.053,97	R\$ 21.807.330,72	5,84	R\$ 1.057.131,59	5,41	R\$ 9.331.354,35	82,78	
2013	Não	R\$ 19.756.408,99	R\$ 20.924.012,76	5,91	-R\$ 847.644,98	-4,11	R\$ 8.483.709,37	75,26	
2014	Sim	R\$ 20.301.561,46	R\$ 21.602.891,55	6,41	R\$ 545.152,47	2,76	R\$ 9.028.861,84	80,09	38
2015	Não	R\$ 52.253.516,08	R\$ 57.828.966,25	10,67	R\$ 31.951.954,62	157,39	R\$ 31.951.954,62	363,54	

		R\$	R\$		R\$		R\$		
2016	Não	47.372.723,60	50.338.256,10	6,26	-R\$ 4.880.792,48	-9,34	27.071.162,1	4	-9,34
2017	Não	42.723.824,09	43.984.176,90	2,95	-R\$ 4.648.899,51	-9,81	22.422.262,6	3	-18,24
2018	Sim	50.076.079,35	51.953.932,33	3,75	7.352.255,26	17,21	29.774.517,8	9	-4,17
2019	Não	46.823.198,73	48.841.278,60	4,31	-R\$ 3.252.880,62	-6,50	-R\$ 3.252.880,62		-6,50
2020	Não	47.838.038,68	50.000.318,03	4,52	1.014.839,95	2,17	-R\$ 2.238.040,67		-4,47
2021	Não	47.656.166,89	52.450.377,28	10,0	-R\$ 181.871,79	-0,38	-R\$ 2.419.912,46		-4,83
2022	Sim	53.751.275,85	56.863.474,72	5,79	6.095.108,96	12,79	3.675.196,50	7,34%	47

Fonte: Adaptado de Tribunal Superior Eleitoral-TSE.

Gráfico 04 - Partido Progressista (PP)



Fonte: Adaptado de Tribunal Superior Eleitoral-TSE.

Para finalizar as análises isoladas no contexto partidário, foi captado dados do Partido Progressista (PP) que é apontado como partido de direita e enriquece este estudo quanto ao contexto da discussão política, que mostra uma tendência de crescimento constante nos repasses, porém observa-se em relação ao período eleitoral de 2002 e 2006 o reflexo da importância do repasse do FP para as eleições na diminuição posterior nas cadeiras do congresso como podemos observar em 2002 eram 49 deputados eleitos que após as quedas recorrentes nos recursos do período citado desceu para 42 duas vagas no congresso, o total de recursos perdido acumulados foram de -27,21% durante o período das eleições de 2002 e 2006.

Tabela 5 – Repasse anual para todos os partidos

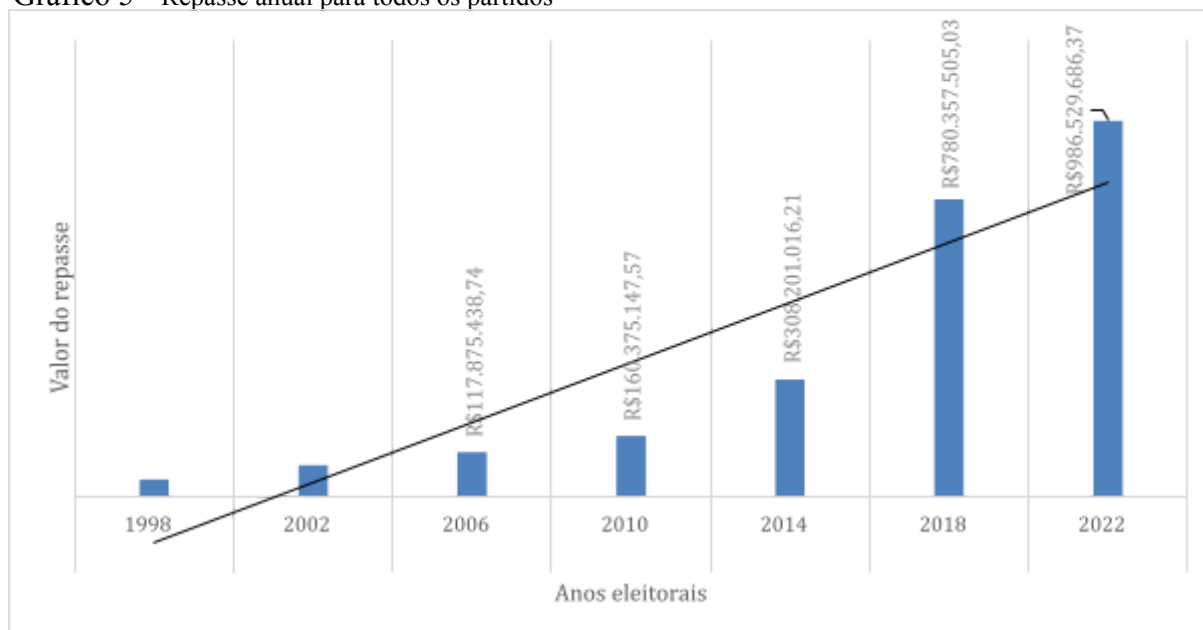
(Continua)

Ano	Ano Eleitoral	Repasse de FP (Valores Absolutos)	Repasse de FP (Valores Corrigidos IPCA)	%IPCA	Varição do Repasse de FP em Relação ao Ano Anterior	%	Varição do Repasse de FP em Relação ao Último ano Eleitoral	%
1998	Sim	R\$ 46.345.451,87	R\$ 47.110.151,83	1,65				
1999	Não	R\$ 51.486.146,88	R\$ 56.089.008,41	8,94	R\$ 5.140.695,01	11,09	R\$ 5.140.695,01	11,09
2000	Não	R\$ 70.224.978,61	R\$ 74.417.409,83	5,97	R\$ 18.738.831,73	36,40	R\$ 23.879.526,74	51,53
2001	Não	R\$ 84.072.166,15	R\$ 90.520.501,29	7,67%	R\$ 13.847.187,54	19,72	R\$ 37.726.714,28	81,40
2002	Sim	R\$ 83.527.578,64	R\$ 93.993.584,24	12,53	-R\$ 544.587,51	-0,65	R\$ 37.182.126,77	80,23
2003	Não	R\$ 113.868.008,82	R\$ 124.457.733,64	9,30	R\$ 30.340.430,18	36,32	R\$ 30.340.430,18	36,32
2004	Não	R\$ 112.695.091,80	R\$ 121.259.918,78	7,60	-R\$ 1.172.917,02	-1,03	R\$ 29.167.513,16	34,92
2005	Não	R\$ 110.530.139,73	R\$ 116.819.304,68	5,69	-R\$ 2.164.952,07	-1,92	R\$ 27.002.561,09	32,33
2006	Sim	R\$ 117.875.438,74	R\$ 121.576.727,52	3,14	R\$ 7.345.299,01	6,65	R\$ 34.347.860,10	41,12
2007	Não	R\$ 121.174.110,00	R\$ 126.578.475,31	4,46	R\$ 3.298.671,26	2,80	R\$ 3.298.671,26	2,80
2008	Não	R\$ 135.614.982,00	R\$ 143.616.265,94	5,90	R\$ 14.440.872,00	11,92	R\$ 17.739.543,26	15,05
2009	Não	R\$ 155.448.144,00	R\$ 162.147.959,01	4,31	R\$ 19.833.162,00	14,62	R\$ 37.572.705,26	31,87
2010	Sim	R\$ 160.375.147,57	R\$ 169.853.318,79	5,91	R\$ 4.927.003,57	3,17	R\$ 42.499.708,83	36,05
2011	Não	R\$ 265.351.547,00	R\$ 282.599.397,56	6,50	R\$ 104.976.399,43	65,46	R\$ 104.976.399,43	65,46

2012	Não	R\$ 286.288.520,00	R\$ 303.007.769, 57	5,84	R\$ 20.936.973,00	7,89	R\$ 125.913.372,43	78,51
2013	Não	R\$ 294.168.124,00	R\$ 311.553.460, 13	5,91	R\$ 7.879.604,00	2,75	R\$ 133.792.976,43	83,43
2014	Sim	R\$ 308.201.016,21	R\$ 327.956.701, 35	6,41	R\$ 14.032.892,21	4,77	R\$ 147.825.868,64	92,18
2015	Não	R\$ 811.285.000,00	R\$ 897.849.109, 50	10,67	R\$ 503.083.983,7 9	163,23	R\$ 503.083.983,79	405,87
2016	Não	R\$ 737.890.048,00	R\$ 784.081.965, 00	6,26	-R\$ 73.394.952,00	-9,05	R\$ 429.689.031,79	-9,05
2017	Não	R\$ 665.790.581,20	R\$ 685.431.403, 35	2,95	-R\$ 72.099.466,80	-9,77	R\$ 357.589.564,99	-17,93
2018	Sim	R\$ 780.357.505,03	R\$ 809.620.911, 47	3,75	R\$ 114.566.923,8 3	17,21	R\$ 472.156.488,82	-3,81
2019	Não	R\$ 791.918.274,99	R\$ 826.049.952, 64	4,31	R\$ 11.560.769,96	1,48	R\$ 11.560.769,96	1,48
2020	Não	R\$ 836.940.341,84	R\$ 874.770.045, 29	4,52	R\$ 45.022.066,85	5,69	R\$ 56.582.836,81	7,25
2021	Não	R\$ 872.821.061,06	R\$ 960.626.859, 80	10,06	R\$ 35.880.719,22	4,29	R\$ 92.463.556,03	11,85
2022	Sim	R\$ 986.529.686,37	R\$ 1.043.649.75 5,21	5,79	R\$ 113.708.625,3 1	13,03	R\$ 206.172.181,34	26,42%

Fonte: Adaptado de Tribunal Superior Eleitoral-TSE

Grafico 5 - Repasse anual para todos os partidos



Fonte: Adaptado de Tribunal Superior Eleitoral-TSE

A análise dos dados dos repasses do FP ao longo de 1998 a 2022 revela padrões que podem ser correlacionados com o ciclo político orçamentário, observa-se uma notável variação nos valores distribuídos do FP, com aumentos significativos ao longo dos anos. Em consonância com a teoria do ciclo político orçamentário, anos eleitorais, como 2014, 2018 e especialmente 2022, apresentam incrementos expressivos nos repasses. Essa estratégia pode estar associada à busca por apoio eleitoral, onde os governantes buscam alocar recursos em seus partidos para demonstrar ações e investimentos que possam influenciar positivamente os eleitores.

Além dos repasses, a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) também exibe flutuações relevantes ao longo do período, que deve ser observado os aumentos dos valores nos repasses do FP além do reajuste da inflação em diversos períodos sendo desproporcional o aumento dos recursos indicados pela inflação.

O total acumulado dos repasses também revela uma trajetória ascendente ao longo dos anos, refletindo o compromisso com a distribuição de recursos e investimentos. Esse aumento progressivo pode ser uma estratégia adotada para usar do poder público para remanejar e de realizar aportes significativos, especialmente em período eleitoral que se mostrou em crescimento em relação aos outros períodos na maioria das análises.

Em síntese, a análise dos repasses do FP sugere que as decisões orçamentárias estão intrinsecamente ligadas ao cenário político-eleitoral. A busca por apoio popular, aliada à necessidade de demonstrar realizações e investimentos, parece influenciar as políticas de distribuição de recursos, com reflexos diretos nos repasses do FP tendo a inflação em constante flutuação sem um padrão notável de crescimento relacionado a mesma, impactando consequentemente a vida dos cidadãos brasileiros que depende das decisões de representantes que talvez não tenham acesso a grande quantia desses partidos. Essa interação entre políticas públicas e contexto eleitoral ressalta a importância de uma análise abrangente e contextualizada para compreender os movimentos econômicos e políticos do país.

Pode ser analisado também através das tabelas e gráficos com dados dos partidos que fazem parte dos 4 mais beneficiados com o FP, que há um alto volume de recursos

destinados à manutenção do poder. A incidências de quedas nos recursos em alguns anos em determinados cenários que não se justificam por contenção de gasto, mas sim por conjunturas políticas que fizeram com que a legenda perdesse recursos por adotar estratégias diferentes. Klein e Sakurai (2015) apontaram o mandato eleitoral como um fator capaz de influenciar a dinâmica do gasto público durante os ciclos políticos. Apesar do argumento de que os gestores, independentemente de estarem em primeiro ou segundo mandato, possuem incentivos para se comportar de forma oportunista, uma vez que pretendem manter seu grupo político no poder e consolidar suas carreiras políticas

Para o enriquecimento do estudo dos ciclos políticos orçamentários, diante dos resultados apresentados se dar ênfase no volume de dinheiro destinado a manutenção partidária que traz como princípio a equidade, trazendo um impedimento aos partidos menores de conseguirem uma ascensão política, pois os grandes partidos tomam uma grande fatia da participação no fundo tornando a disputa pelo pleito economicamente injusta. Como os aumentos dos recursos eleição após eleição, partidos se mantendo com a maior cota ano após ano e consequentemente seus agentes políticos ocupando mais espaço dentro do cenário político mostram evidências dos estudos Vários estudos (Schuknecht, 1996, Shi; Svensson, 2001, Brender; Drazen, 2005) que não apenas confirmaram a existência de ciclos políticos orçamentários para países em desenvolvimento, mas também têm demonstrado a grande magnitude destes ciclos (Schuknecht, 1996, Shi; Svensson, 2002, Brender; Drazen, 2005).

5 Considerações finais

Ao observar os volumes financeiros distribuídos e seu impacto nos cofres públicos para financiar os partidos políticos brasileiros, buscou-se identificar possíveis padrões que pudessem aprimorar essa análise diante das decisões orçamentárias. A análise dos dados revelou um aumento significativo nos repasses durante os anos eleitorais, corroborando a teoria do ciclo político orçamentário. Os anos próximos às eleições presidenciais e legislativas apresentaram incrementos na maioria dos casos quando comparados a anos eleitorais anteriores no tocante aos recursos destinados aos partidos políticos, sugerindo uma estratégia de busca por apoio eleitoral por parte dos governantes.

Além disso, a variação nos repasses não foi justificada pela inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), indicando uma possível influência da gestão econômica expansionista em anos eleitorais desconsiderando índices inflacionários.

O estudo evidencia que as decisões orçamentárias estão relacionadas ao contexto político e eleitoral conforme preconizado pela teoria dos ciclos político-orçamentários, e que não ocorrem apenas no período eleitoral, mas de forma persistente ao longo do tempo.

Este contribui para o enriquecimento do debate acadêmico sobre os ciclos político- orçamentários e a dinâmica de financiamento dos partidos políticos no Brasil, oferecendo *insights* valiosos para análises futuras sobre os gastos públicos e a política fiscal no contexto eleitoral brasileiro. Vale apenas salientar que não foram levados em consideração nesta análise todos os fatores que possa influenciar nos valores repassados, devido a dinâmica política. Sendo este estudo também uma ferramenta de contribuição e uma proposta para análises futuras mais aprofundadas sobre o tema.

REFERÊNCIAS

- ALESINA, A.; ROUBINI, N.; COHEN, G. D. Ciclos políticos e a macroeconomia. **MIT Press**, 1997. Disponível em:
https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/5730/1/2009_dissert_mclqueiroz.pdf Acesso em: 12/10/2023
- BORSANI, Hugo., “Eleições e Desempenho Macroeconômico na América Latina (1979-1998)”. **Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 44, n. 3, p. 481-512, 2001. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/dados/a/TSm6FksRLhhYGDLYZPkRmmw/?lang=pt> Acesso em: 13/10/2023
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em:
<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/legislacao/constituicao-federal> Acesso em: 14/10/2023
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1995. Disponível em:
<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/legislacao/constituicao-federal> Acesso em: 14/10/2023
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 2019. Disponível em:
<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/legislacao/constituicao-federal> Acesso em: 14/10/2023
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1997. Disponível em:
<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/legislacao/constituicao-federal> Acesso em: 14/10/2023
- BRENDER, A.; DRAZEN, A. Ciclos orçamentários políticos em democracias novas versus estabelecidas. **Journal of Monetary Economics**, v.52, n.7, p. 1271-1295, 2005. Disponível:
<https://www.scielo.br/j/rap/a/yTqwGSm7HPwJVFNq95g7QdH/?lang=ptem>: Acesso em: 18/10/2023
- COSSIO, Fernando Andrés Blanco. O comportamento fiscal dos estados brasileiros e seus determinantes políticos. **Economia**, v. 2, n. 1, p. 207-258, 200. Disponível em:
https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5064/1/PPE_v31_n01_Efeitos.pdf Acesso em: 12/10/2023
- DOWNS, A.. An economic theory of political action in a democracy. **Journal of Political Economy**. v. 65, n. 2, p. 135-150, 1957. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rap/a/yTqwGSm7HPwJVFNq95g7QdH/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 16/10/2023
- DRAZEN, A. **O ciclo político-econômico após 25 anos**. In NBER Macroeconomics Annual 2000 MIT Press. v.15, p. 75-138, 2001. Disponível em:
<file:///C:/Users/Thalm/Downloads/5614-Texto%20do%20artigo-19801-2-10-20170419.pdf> Acesso em: 16/10/2023

HIBBS, D. Political parties and macroeconomic policy. **The American Political Science Review**, 1977. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/dados/a/qDkVx8BMsVhJHZ6fWsQZsGg/?format=html&lang=pt> Acesso em: 18/10/2023

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo fonte**. Disponível em:
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=series-historicas>. Acesso em: 16/10/23

KLEIN, F. A.; SAKURAI, S. N. Term limits and political budget cycles at the local level: evidence from a young democracy. **European Journal of Political Economy**. v. 37, p. 21- 36, 2015. Disponível em:
<https://www.redalyc.org/journal/3515/351558326008/351558326008.pdf> Acesso em: 14/10/2023

Nordhaus, W. D.. The review of economic studies. **The Political Business Cycle**. v. 42, n. 2, p. 169-190, 1975. Disponível em:
<https://downloads.fipe.org.br/publicacoes/bif/bif427-57-66.pdf> Acesso em: 16/10/2023

ROGOFF, K.; SIBERT, A.. Eleições e ciclos de políticas macroeconômicas. **Review of Economic Studies**, v. 55, n. 1, p. 1-16, 1988. Disponível em:
<http://200.198.145.164/index.php/indicadores/article/view/3898/3846> Acesso em: 18/10/2023

SAKURAI, S. . Testando a hipótese de ciclos eleitorais racionais nas eleições dos municípios paulistas. **Estudos Econômicos**, 35:297315, 2005. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbe/a/PqKJhdmBNGD6GGtnD9jJVwj/> Acesso em: 12/10/2023